



TESES PARA A CONVENÇÃO ESTADUAL DA REDE CPM Juiz de Fora – MG

TEMA: Recursos hídricos

GRUPO: Misael Camargo e Wilson Acácio

JUSTIFICATIVA DO TEMA:

Para a sobrevivência de uma sociedade, seja na atualidade e no futuro, em qualquer escala, está inteiramente relacionado à quantidade e à qualidade de sua água, constituindo-se no recurso natural mais crítico e mais susceptível, impondo limites ao desenvolvimento sustentável, em todo o mundo. Desta forma, justifica-se plenamente que os “RECURSOS HÍDRICOS” sejam um tema de grande relevância e de importância para o debate dentro das instâncias da Rede Sustentabilidade.

ESTADO ATUAL DA QUESTÃO:

Apesar do Brasil constituir-se na maior potência de água (cerca de 13% de toda água doce do Planeta), assistimos, certamente, a maior crise hídrica de nossa história. Os meios de comunicação têm nos mostrado as péssimas condições em que se encontram os rios pelo Brasil afora – Doce, Jequitinhonha, São Francisco, Mucuri, Tocantins e Acre (Amazônia), Paraíba (que corta Juiz de Fora e municípios próximos) – não só pelas péssimas condições de suas águas, mas também pela quantidade de águas. Alguns rios (exemplo do Paracatu, afluente do S. Francisco), estão praticamente secos.

Para que se tenha uma dimensão da atual escassez de água que assola o País, somente no Estado de Minas Gerais, 93 municípios decretaram estado de emergência, abrangendo uma população de mais de 1,8 milhões de pessoas, desde pequenos municípios e até de grande porte, como Montes Claros (com cerca de 405 mil habitantes). Na região Zona da Mata mineira, por exemplo, Ubá, Recreio, Viçosa, estão entre os municípios com sérios problemas de desabastecimento, prejudicando não só as pessoas, mas também toda a cadeia produtiva.

Recentemente o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas (que abrange 36 comitês), realizou uma manifestação em frente a Assembleia Legislativa

e, no mesmo dia, uma Audiência Pública para chamar atenção do Poder Legislativo e da sociedade mineira dos sérios problemas que ora acontecem no Estado sobre a questão das águas e de nossos rios!

O que está acontecendo em grande parte do Brasil, em MG, na Zona da Mata mineira e também em Juiz de Fora em relação a escassez hídrica? Além das irregularidades meteorológicas e climatológicas, que atualmente acontece em nosso Planeta, há uma interligação de fatores ambientais, históricos, antrópicos, sociais, econômicos, políticos que contribuem para o impacto negativo para as águas. Praticamente em todos os municípios brasileiros constata-se a falta de cuidado e de políticas públicas para a preservação e manejo das nascentes. Importante evitar a ocupação irregular e irresponsável das áreas de mananciais de abastecimento, porque o resultado será que todo tipo de esgoto e lixo irá para os locais de reserva e captação de águas destinadas ao tratamento, o que aumenta, ainda mais, o risco de doenças, de veiculação hídrica, para as populações humanas. O risco de privatização é outro fator preocupante porque a disponibilidade das águas passa a ser limitada para os mais pobres, favorecendo, desta forma, o poderio econômico e político para se apropriarem de usos deste recurso.

Outra questão importante, que deve ser colocada para discussão, defendida por Leonardo Boff, é se “a água é fonte de vida ou fonte de lucro? É um bem natural, vital e insubstituível ou um bem econômico e uma mercadoria”? Segundo Boff, os que apenas visam lucro, tratam a água como mercadoria e no máximo como recurso hídrico. Os que dão centralidade à vida, a veem como bem essencial aos seres humanos e a todos os organismos vivos. Para ele, o direito sagrado à vida implica o direito à água potável gratuita. Pelo fato de haver custos para que “ela chegue às torneiras”, existe inegável dimensão econômica. Mas isso não justifica que ela se transforme em fonte de lucro. Os custos não podem invalidar o direito. Os custos devem ser cobertos pelo poder público e pela a sociedade com fundos destinados ao acesso universal de água doce.

Deve-se lembrar que a Constituição Federal, em seu artigo 225, determina um meio ambiente equilibrado de uso comum. Portanto, sendo a água de fundamental importância para o ser humano, é de fundamental importância viver e equilibrar o meio ambiente em que vivemos.

PROPOSTAS: Por tudo que se viu anteriormente, propomos:

1. Que a água, em suas diversas dimensões (ambientais, sociais, políticas, econômicas etc.), constitua-se prioridade para a Rede Sustentabilidade, seja nos parlamentos (nas três esferas), bem como no poder executivo (federal, estadual e municipal);
2. Que a Rede Sustentabilidade intensifique a participação e apoio aos conselhos ligados às águas, seja na escala federal (CNRH), estaduais (ex. o CERH-MG) e municipais (CODEMAs);
3. Que ao Partido elabore e execute um plano para a gestão das águas em Minas Gerais, com a liberação de recursos financeiros para o fortalecimento do IGAM e FHIDRO, o que não acontece atualmente;
4. Que haja o desenvolvimento de políticas públicas para a recuperação e preservação de nascentes, com reflorestamento de áreas geográficas objetivando a constituição de novos lençóis e aquíferos freáticos e também o florescimento de novas nascentes;
5. Que haja fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas – na escala nacional e estadual - para a melhoria das políticas de gestão das águas;
6. Que a Rede se oponha frontalmente contra a Lei 13.334/2016, que institui o PPI (Programa de Parcerias em Investimentos), que tem como uma das principais metas a privatização das empresas estaduais de saneamento que, com certeza, aumentará os custos destes serviços, principalmente à população mais carente;
7. Que haja, nas escalas nacional, estadual e municipal, uma inteira integração da política de recursos hídricos com a gestão ambiental;
8. Que a Rede lidere, em todo o território nacional, um pacto de responsabilidade socioambiental em defesa dos recursos hídricos. Água é um bem comum a toda forma de vida não pode ser tratada como mercadoria.